

PROMOVENDO A EQUIDADE NA SAÚDE: ABORDAGENS JURÍDICAS E SUSTENTÁVEIS PARA GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior¹.

¹Instituto de Tecnologia e Educação Galileo da Amazônia (ITEGAM), Manaus, Amazonas.

<https://lattes.cnpq.br/2516337673524886>

DOI: 10.47094/IVCNESP.2023/RE.3

PALAVRAS-CHAVE: Acesso Iguatário. Intervenções Legais. Universalidade.

ÁREA TEMÁTICA: Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A busca pela equidade na saúde e pelo acesso universal aos serviços de saúde é um desafio global (BRAVEMAN, 2011). Nesse contexto, a adoção de abordagens jurídicas e sustentáveis pode desempenhar um papel fundamental na promoção desses objetivos (GOSTIN & WILEY, 2016). Este resumo expandido visa explorar como os princípios jurídicos e a sustentabilidade podem contribuir para a garantia de um acesso equitativo aos serviços de saúde. As abordagens jurídicas proporcionam um arcabouço normativo que pode respaldar a implementação de políticas de saúde equitativas. Por meio de leis e regulamentações, é possível promover a igualdade de acesso aos serviços de saúde, garantir o direito à saúde como um direito humano fundamental e proteger os grupos mais vulneráveis da sociedade (GOSTIN & WILEY, 2016). A legislação também pode estabelecer mecanismos de responsabilização e exigir ações governamentais para reduzir as desigualdades na saúde. A conexão entre saúde e meio ambiente tem sido amplamente reconhecida, e a adoção de práticas sustentáveis no setor da saúde pode contribuir para a redução dos impactos negativos na saúde humana e ambiental (WATTS, 2018). Políticas que promovem a sustentabilidade, como a gestão adequada de resíduos médicos, o uso de energias renováveis e a redução das emissões de gases de efeito estufa, não apenas protegem o meio ambiente, mas também impactam positivamente a saúde das populações. Portanto, objetiva-se explorar as interseções entre as abordagens jurídicas, a sustentabilidade e a busca pela equidade na saúde. Serão analisadas as bases legais e os princípios jurídicos que respaldam a promoção da equidade na saúde e a importância da sustentabilidade no contexto dos serviços de saúde.

OBJETIVO

O objetivo deste estudo é analisar como as abordagens jurídicas e sustentáveis podem promover a equidade na saúde e garantir o acesso universal aos serviços de saúde. Para alcançar esse objetivo, serão exploradas as interseções entre o direito à saúde, a sustentabilidade e as práticas jurídicas na saúde pública, com o intuito de identificar estratégias eficazes e políticas que possam ser implementadas nesse contexto. Serão

examinadas leis e regulamentações que visam garantir o acesso igualitário aos serviços de saúde, proteger os direitos das populações vulneráveis e estabelecer mecanismos de responsabilização para reduzir as desigualdades na saúde (BRAVEMAN, 2011). Políticas de gestão adequada de resíduos médicos, utilização de energias renováveis e redução das emissões de gases de efeito estufa serão consideradas como estratégias sustentáveis que podem ter um impacto positivo na saúde (WATTS, 2018). A finalidade deste estudo é fornecer uma análise abrangente das abordagens jurídicas e sustentáveis para promover a equidade na saúde e garantir o acesso universal aos serviços de saúde. Por meio dessa análise, espera-se identificar diretrizes e recomendações que possam orientar a formulação de políticas de saúde mais eficazes, baseadas em princípios jurídicos e sustentáveis, que beneficiem todas as pessoas, independentemente de sua condição socioeconômica, gênero, etnia ou localização geográfica.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada é uma revisão sistemática da literatura científica. Essa abordagem visa identificar, analisar e sintetizar as evidências disponíveis sobre o tema, utilizando uma abordagem sistemática e rigorosa. Essa revisão permitirá uma análise abrangente das evidências disponíveis sobre o tema, fornecendo uma base sólida para o desenvolvimento do estudo e contribuindo para a compreensão das abordagens jurídicas e sustentáveis para promover a equidade na saúde e garantir o acesso universal aos serviços de saúde (AMARAL, 2007).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A equidade na saúde é um princípio fundamental que busca garantir que todas as pessoas tenham igualdade de oportunidades para alcançar e manter um bom estado de saúde. No contexto brasileiro está salientado a importância da equidade como um dos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS) (COHN, 2015). O acesso universal aos serviços de saúde é um componente essencial dessa equidade, assegurando que todos tenham acesso aos cuidados de saúde necessários, independentemente de sua condição socioeconômica, localização geográfica, gênero, etnia ou qualquer outra característica. O direito à saúde, reconhecido internacionalmente como um direito humano fundamental, também possui fundamentos sólidos na legislação brasileira. Ressalta a inclusão do direito à saúde na Constituição Federal de 1988, que estabelece a saúde como um direito de todos e um dever do Estado (SANTOS, 2012). A Lei Orgânica da Saúde e a Lei do SUS são exemplos de bases legais no Brasil que respaldam a promoção da equidade na saúde (BRASIL, 2017).

Além dos aspectos legais, a sustentabilidade também desempenha um papel crucial na promoção da equidade na saúde. A relação entre saúde e meio ambiente é cada vez mais evidente, e os impactos das mudanças climáticas e da degradação ambiental afetam diretamente a saúde das populações. É fundamental a importância de discussão

frente a incorporação de práticas sustentáveis na gestão da saúde, considerando os aspectos ambientais, sociais e econômicos (PORTELA & GUNTHER, 2017). No contexto brasileiro, a promoção da equidade na saúde e o acesso universal aos serviços de saúde têm sido abordados por meio de políticas e práticas jurídicas específicas. Dessa forma, a importância da integralidade na atenção à saúde como uma diretriz fundamental do SUS, buscando superar as fragmentações e desigualdades presentes no sistema de saúde é de suma relevância (AYRES, 2009). Exemplos de políticas e práticas no Brasil incluem a implementação do Programa Mais Médicos, que visa ampliar o acesso aos serviços de saúde em regiões remotas e desassistidas do país (BRASIL, 2013). A regulação do acesso a medicamentos por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a política de fornecimento gratuito de medicamentos para doenças crônicas também são ações que buscam garantir a equidade no acesso aos cuidados de saúde (BRASIL, 2017).

Ao explorar a fundamentação teórica dessas abordagens, este estudo busca identificar estratégias eficazes e políticas jurídicas sustentáveis que promovam a equidade na saúde e garantam o acesso universal aos serviços de saúde no contexto brasileiro. A análise das conexões entre direito à saúde, sustentabilidade e práticas jurídicas na saúde pública no Brasil contribui para o desenvolvimento de intervenções embasadas em evidências para enfrentar os desafios existentes e fortalecer o sistema de saúde brasileiro. Sobressaem a importância de políticas e práticas jurídicas que promovam a equidade na saúde, levando em consideração as desigualdades sociais e regionais presentes no país (CAMPOS, 2014). Eles argumentam que é necessário um enfoque territorializado na oferta de serviços de saúde, considerando as características específicas de cada região e promovendo a redução das disparidades. No âmbito da sustentabilidade na saúde, está evidenciado a necessidade de uma abordagem interdisciplinar que integre a saúde, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável (PORTELA, 2019). Eles apontam para a importância de políticas que promovam a mitigação dos impactos ambientais da saúde, como a gestão adequada de resíduos de serviços de saúde e a promoção de práticas sustentáveis nos processos de produção de medicamentos. No Brasil, também existem experiências de políticas públicas que buscam promover a equidade na saúde e o acesso universal aos serviços. O Programa Nacional de Imunizações (PNI), por exemplo, é um exemplo de uma política bem-sucedida que visa garantir o acesso equitativo às vacinas para toda a população (BRASIL, 2017). O Programa Farmácia Popular, que oferece medicamentos gratuitos ou com descontos, também busca ampliar o acesso a medicamentos para a população de baixa renda (BRASIL, 2011). Ao abordar a fundamentação teórica dessas políticas e práticas jurídicas, este estudo contribui para a compreensão das estratégias eficazes e embasadas em evidências que podem ser implementadas no contexto brasileiro. Ao considerar a interseção entre equidade na saúde, direito à saúde, sustentabilidade e práticas jurídicas, é possível fortalecer o sistema de saúde brasileiro e promover o acesso universal aos serviços de saúde de forma justa e sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise da literatura científica, este estudo evidenciou a importância das abordagens jurídicas e sustentáveis na promoção da equidade na saúde e no acesso universal aos serviços de saúde. As evidências apontam que a interseção entre direito à saúde, sustentabilidade e práticas jurídicas na saúde pública pode desempenhar um papel fundamental na garantia de um acesso equitativo aos serviços de saúde. Ao longo desta revisão sistemática, foram identificadas estratégias eficazes para promover a equidade na saúde. Exemplos incluem a implementação de políticas de saúde baseadas em direitos humanos, a adoção de mecanismos legais para garantir a igualdade de acesso aos serviços de saúde e o fortalecimento de sistemas de saúde sustentáveis que considerem os determinantes sociais da saúde. No entanto, também foram identificadas lacunas e áreas que requerem mais atenção e aprimoramento. Por exemplo, é necessário um maior investimento em pesquisa e desenvolvimento de políticas que integrem abordagens jurídicas e sustentáveis na saúde. Além disso, é fundamental promover a capacitação e educação dos profissionais de saúde e dos operadores do direito, a fim de fortalecer a implementação dessas abordagens na prática. Em suma, este estudo reforça a necessidade de integrar abordagens jurídicas e sustentáveis na saúde pública, reconhecendo que a equidade na saúde e o acesso universal aos serviços de saúde são metas alcançáveis por meio de políticas e práticas embasadas em evidências científicas e fundamentadas em princípios éticos e de justiça social.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- AYRES, J. R. C. M. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Eds.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.
- CAMPOS, G. W. S. O quadro referencial e normativo das práticas jurídicas em saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 11, p. 4431-4444, 2014.
- COHN, A. Sistema Único de Saúde (SUS). In: COHN, A. et al. (Orgs.). **Saúde no Brasil: Políticas e Organização dos Serviços**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.
- PORTELA, G. Z. Sustentabilidade na saúde: perspectivas e desafios para a implementação da Agenda 2030 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 9, p. 3253-3264, 2019.
- WATTS, N. The Lancet Countdown on Health and Climate Change: from 25 years of inaction to a global transformation for public health. **The Lancet**, v. 391, n. 10120, p. 581-630, 2018.